

Ofício GASEC nº 703/2021

Salvador, 10 de maio de 2021

Exmo. Sr.

OMARAZIZ

Senador da República Presidente da CPI da Pandemia

Excelentíssimo Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao **Ofício nº 514/2021 - CPIPANDEMIA**, oriundo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, por meio do qual V. Exa. encaminha o **Requerimento nº 300/2021 - CPIPANDEMIA**, instando esta Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB a apresentar dados sobre:

- "a) carência dos medicamentos e insumos que compõem o Kit intubação em todo o país, bem como do suprimento de oxigênio;
- b) Detalhamento de recursos recebidos pelas secretarias do governo federal, observando-se descrição do valor recebido, data de recebimento, ação orçamentária e status, e objeto executado."

Proceder-se-á à resposta em tópicos específicos, a fim de permitir melhor organização e compreensão das informações.

- Kit Intubação

Registre-se ter o Estado da Bahia engendrado todos os esforços ao seu alcance para aquisição dos medicamentos que compõem o "Kit Intubação", a exemplo da realização de dispensas públicas, tentativas de aquisição diretas com laboratórios, compras internacionais, dentre outras, que não surtiram efeito esperado, uma vez que o quantitativo que se está logrando adquirir não se mostra suficiente para evitar o desabastecimento a breve tempo.

Diante desse cenário, o Estado da Bahia enviou semanalmente ao Ministério da Saúde, através do CONASE, informações sobre o estoque de insumos e medicamentos para uso no tratamento dos pacientes, bem como lhe encaminhou diversos ofícios para providências, uma vez competir à União Federal coordenar e executar programas estratégicos e de atendimento emergencial, nos moldes do quanto preconizado no art. 15, XXI da Lei 8.080/90; bem assim o governo central reunir melhores condições de realizar compras,

inclusive internacionais. Não houve uma única reposta do Governo Federal ou incremento no quantitativo de insumos remetidos e que se mostrasse suficiente para cobrir as necessidades dos hospitais que integram o Plano Estadual de Contingências para enfrentamento do Novo Coronavirus, aprovado pela Comissão Intergestora Bipartite-CIB.

Em face da gravidade da situação, o Estado da Bahia propôs Ação Cível Ordinária em face da União Federal (ACO nº 3490), cujo pedido de Tutela Antecipada restou deferido para determinar que a União Federal apresente, no prazo de até 10 dias, um planejamento detalhado das ações em prática, e das que pretende adotar, com vista a garantir o do kit intubação, dos insumos designando conciliação/mediação para o dia 11.05.2021. O referido plano deverá contemplar, no mínimo: (i) o nível atual dos estoques de medicamentos, bem como a forma e periodicidade de monitoramento dos estoques; (ii) a previsão de aquisição de novos medicamentos, esclarecendo os cronogramas de execução; (iii) os recursos financeiros para fazer frente às necessidades de aquisição e distribuição dos insumos, considerando o prognóstico da pandemia no território nacional; (iv) os critérios que adotará para distribuir os insumos aos entes subnacionais e às unidades hospitalares; e (v) a forma pela qual dará ampla publicidade ao planejamento e à execução das ações.

Em anexo, documentação comprobatória das presentes informações, assim detalhada

- 1. demonstrativo do número de aquisições de itens de intubação para tratamento de pacientes acometidos pela doença no período de 2020 a 2021 (anexo 01)
- 2. cópia dos ofícios encaminhados ao Ministério da Saúde, informando da carência de tais itens, especialmente do ofício CIB nº 072/2020, de 18 de agosto de 2020 (anexo 02), ofício GASEC nº 377/2021, datado de 22 de março de 2021 (anexo 03) e ofício GASEC nº 684/2021, de 05 de maio de 2021 (anexo 04), estes últimos evidenciando a situação crítica da disponibilidade de medicamentos nas Unidades de Saúde do Estado
- 3. demonstrativo evidenciando a atual situação do estoque de tais itens nas unidades referenciadas do Estado, atualizado até 06 de maio (**anexo 05**)
- 4. documentos processuais da ACO nº 3490, constando de petição inicial (**anexo 06**) e decisão liminar (**anexo 07**).

-Suprimento de oxigênio

No que diz respeito ao suprimento de oxigênio das Unidades que compõem a Rede Própria da SESAB, informamos que se encontra vigente contrato com a empresa White Martins, cujo objeto se refere ao fornecimento ininterrupto de gases medicinais, não havendo registro acerca de carência no seu suprimento.

Quanto às demais unidades de saúde que integram o Plano de Contingenciamento, essa SESAB em articulação com o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia – COSEMS|BA, imbuída no intuito de evitar o desabastecimento em todo o Estado, desenvolve ações de monitoramento, com especial atenção aos hospitais de pequeno porte e unidades de pronto atendimento e emergência municipais.

Registra-se, outrossim, que foram expedidos os Ofício GASEC n° 368/2021 e 383/2021, ao Ministério da Saúde, por meio dos quais, no primeiro, solicitou-se "apoio para disponibilização de usinas de concentração de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) equipadas para o reabastecimento de cilindros, bem como a disponibilização de cilindros para armazenamento e transporte de oxigênio para o abastecimento dos serviços de saúde que prestam assistências aos pacientes com Covid-19 no Estado da Bahia"; e, no segundo, apoio para disponibilização de 300 (trezentos) cilindros de 10 m³, para armazenamento e transporte de oxigênio para o abastecimento dos serviços de saúde que prestam assistência aos pacientes com COVID-19 no Estado da Bahia. Os referidos ofícios ingressaram no sistema SEI do Ministério da Saúde e se encontram, consoante demonstra o andamento do processo, na unidade GAB/SAES, sem andamento.

Em comprovação às informações prestadas, juntam-se

- manifestação técnica do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública deste Estado – COES/BA, através do Parecer Técnico COE Saúde nº 30/2021 (anexo 08), que relata um panorama geral do Estado e descreve as continuadas ações desta SESAB para essa finalidade
- 2. cópias do instrumento contratual com respetivo termo aditivo (anexos 09 e 10)
- 3. manifestação da empresa contratada esclarecendo ser suficiente a atual quantidade de estoque de oxigênio para atender as unidades hospitalares (anexo 11)
- 4. cópia dos ofícios GASEC n° 368/2021 e 383/2021, endereçados ao Ministério da Saúde, com o espelho de andamento processual (**anexo 12 e 13**).

- Recursos federais recebidos

Por fim, em atendimento ao item b do Requerimento n 300/2021, encaminhamos o documento em formato Excel (**anexo 14**) contendo:

- 1. na aba nominada "Receitas_2020": a identificação das Portarias do MS/FNS e respectivos valores repassados, demonstrando os recursos que ingressaram no Fundo Estadual de Saúde, em 2020, no valor total de R\$700.511.996,78 (anexo 14);
- 2. na aba nominada "Despesas_2020": a identificação das despesas realizadas em 2020 com os recursos recebidos, totalizando R\$ 508.162,946,52, e o respectivo saldo financeiro não aplicado neste exercício financeiro; (anexo 14);
- 3. na aba nominada "Receita e Despesas 2021": a identificação das Portarias MS/FNS e recursos recebidos em 2021, no valor de R\$ 114.101.702,47, e execução de despesas no valor de R\$ 108.988.345,79, apresentando saldo financeiro em 30/04/2021, e a serem executados ao longo do exercício em curso. (anexo 14)

Salientamos que as informações transcritas nos referidos documentos se encontram

reunidas em documento no formato requerido (**anexo 14**), para os fins pretendidos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e que as planilhas também apresentam a execução dos recursos recebidos provenientes da Lei Complementar 173/20, art. 5°,I, recursos vinculados ao SUS.

Esperando ter atendido ao quanto solicitado, aproveitamos o ensejo para apresentar votos de estima e consideração, colocando esta Secretaria à disposição para esclarecimentos adicionais porventura necessários.

Atenciosamente,

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO

Secretário da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Vilas Boas Pinto**, **Secretário de Estado**, em 10/05/2021, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13°, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador externo.php?
acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador **00030335901** e o código CRC **A8695F55**.

Referência: Processo nº 019.4979.2021.0052512-06 SEI nº 00030335901